

Crédito é questionado

■ *Ecologista não quer dinheiro do Banco Mundial para área invadida*

Teodomiro Braga
Correspondente

WASHINGTON — A pouco mais de um mês da Rio-92 e da data prevista para sua votação, o empréstimo de US\$ 204 milhões do Banco Mundial para um projeto de desenvolvimento sustentável no Mato Grosso ameaça virar o novo alvo da campanha dos grupos ecológicos americanos contra a devastação do meio ambiente na Amazônia. Em carta enviada no final da semana passada ao presidente do Banco Mundial, Lewis T. Preston, a organização Environmental Defense Fund (EDF) pede que a aprovação do projeto, marcada para 26 de maio, seja condicionada à remoção dos garimpeiros que invadiram o território dos índios sararé, localizado na área a ser beneficiada pelo plano.

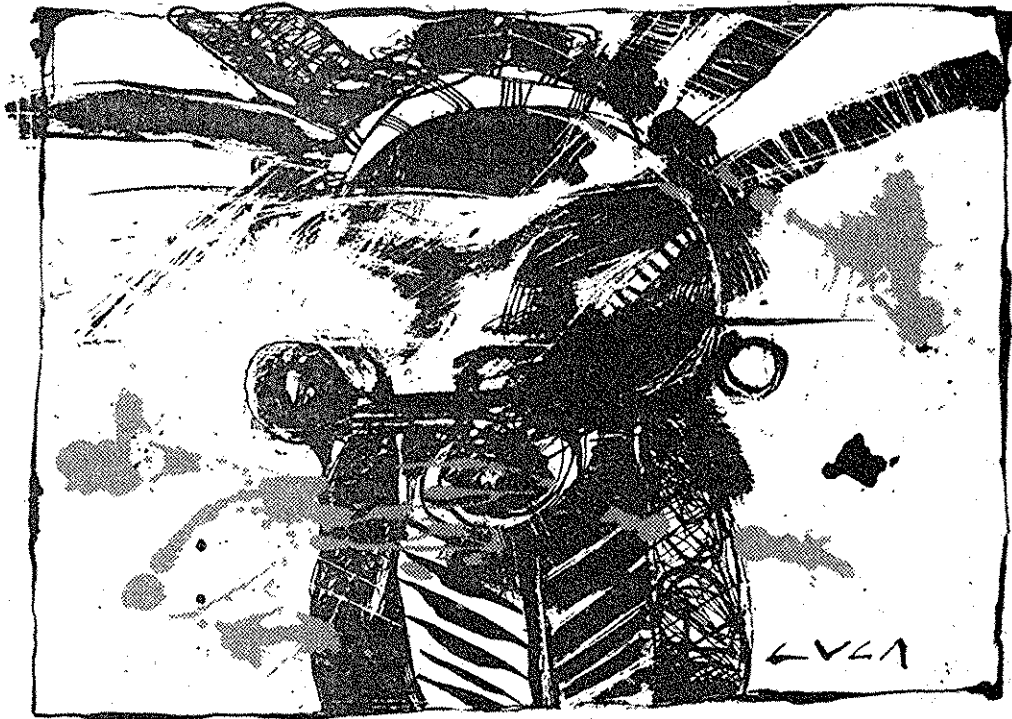
Uma das mais ativas organizações ecológicas americanas, a EDF planeja mobilizar outros grupos ecológicos americanos e fazer um grande barulho em torno da questão durante a Rio-92 se o Banco Mundial aprovar o projeto sem providenciar antes a saída dos garimpeiros. O projeto é semelhante ao aprovado em março passado pelo Banco Mundial, que beneficiou Rondônia com US\$ 167 milhões e inaugurou a nova fase de empréstimos do banco ao Brasil para planos regionais de desenvolvimento sustentável.

“Estamos seriamente preocupados com a invasão ilegal da área dos índios sararé pelos garimpeiros e pela cumplicidade do governo do estado de Mato Grosso, o proposto executor do projeto do Banco Mundial, com essa situação”, denuncia a carta do EDF. “A aprovação do projeto sem primeiro remover os garimpeiros da área, tomando-se passos concretos para reparar os danos ao meio ambiente por eles causados e determinando-se as responsabilidades pelos danos, comprometeria seriamente qualquer possibilidade de sucesso do projeto”.

Para “corrigir essa situação”, o EDF propôs ao Banco Mundial tomar “pelo menos” três medidas: 1) requerer a remoção dos mineiros da área antes da apresentação do projeto ao board do banco e insistir na verificação local das providências, que poderia ser feita pelas organizações não-governamentais se o Banco Mundial não quiser enviar uma missão para essa finalidade ao Brasil; 2) incluir como parte do projeto a tomada de medidas concretas e prazos para a restauração da área degradada pelos garimpeiros; 3) assegurar que os tomadores do empréstimo, isto é, o governo de Mato Grosso, assumirá o custo da remoção dos invasores.

Além do presidente do Banco Mundial, a carta da EDF foi encaminhada ao vice-presidente do banco para América Latina e Caribe, Sharid Husain, e o diretor do Departamento para o Brasil, Armeane Choksi, além dos funcionários do Banco Mundial encarregados da análise do projeto. Juntamente com a carta, a EDF enviou um longo relatório sobre o drama dos índios sararé, assinado por 13 organizações não-governamentais brasileiras e preparado especialmente para o Banco Mundial.

O relatório faz duras denúncias ao governador de Mato Grosso, Júlio Campos, acusando-o de ter “ignorado completamente a componente indígena do projeto”, além de ter “violado abertamente” a decisão judicial que determinou, em 18 de dezembro de 1991, a imediata remoção dos invasores da área indígena dos sararé. Segundo as entidades brasileiras, Campos fez um acordo ilegal com os garimpeiros, permitindo-os ficar 60 dias nas terras dos índios em troca da promessa de que depois se retirariam pacificamente.



Acordo ilegal pode colocar 70 índios sararé em perigo

BRASÍLIA — Técnicos da Funai e representantes de entidades de defesa de tribos indígenas denunciaram ontem que o acordo informal firmado entre o governo de Mato Grosso e os garimpeiros que ocupam ilegalmente a reserva sararé pode colocar em perigo os pouco mais de 70 índios que habitam a área. Preocupados com a proximidade dos acampamentos de garimpeiros da aldeia, (apenas 10 quilômetros os separam), os especialistas da Funai reclamam que o governo do estado e até mesmo a Polícia Federal deixaram de cumprir ordem judicial para desimpedir a reserva.

“A situação é crítica. Os índios estão acoçados, sem área para pesca e caça e há

uso indiscriminado de mercúrio na região”, alerta um dos técnicos da Funai, que contava com o apoio da Superintendência da Polícia Federal para iniciar o plano de retirada dos garimpeiros no final da semana passada. Depois do acordo entre o governo estadual e os garimpeiros, prorrogando para o dia 10 de maio o prazo-limite de permanência na reserva, assessores da presidência da Funai contam que a Superintendência da Polícia Federal deu uma contra-ordem e adiou a operação. Cautelosa, a superintendência prefere não comentar a decisão.

“Amparados pelo acerto com o governo estadual, os garimpeiros invadiram ainda mais a reserva dos sararé”, destaca um dos técnicos que contabiliza cerca de seis mil garimpeiros invasores. O secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso, Eucário Queiroz, não aceita a versão de que o governo estadual seja um empecilho para a retirada dos garimpeiros. “Se a Funai quiser desocupar a área basta levar a Polícia Federal e tirar os garimpeiros”, defende o secretário.

Atenção mundial se volta de novo para nambiquara

Não é a primeira vez que os índios nambiquara, da qual os sararé constituem um subgrupo, recebem atenção internacional, que dessa vez pode adquirir uma dimensão maior por causa da Rio-92. Na década de 70, a reserva dos nambiquara ficou conhecida como a Biafra brasileira depois que um grupo de médicos da Cruz Vermelha declarou ao final de uma visita à tribo: “A vida desses índios é uma vergonha, não somente para o Brasil, mas para toda a humanidade”. Eles tinham sido quase dizimados por uma epidemia de desintéria, provocada pela contaminação dos rios pelo Tordon 155-BR, perigoso desfolhante utilizado na época para derrubar árvores na floresta amazônica.

Apesar da repercussão da denúncia dos médicos da Cruz Vermelha, pouco foi feito décadas para melhorar a situação dos nambiquara, que voltam à cena internacional pelo mesmo motivo de antes: a destruição de seu meio ambiente, agora provocada pela ação dos garimpeiros, que espalharam

doenças às quais os índios são extremamente vulneráveis. Segundo dados da Funai, 76,5% da população dos nambiquara já contrairam malária. Depois de ter sua população reduzida de 20 mil pessoas no começo do século para apenas 650 ao final da década de 80, os nambiquara estão novamente à beira da extinção, segundo o alarmante quadro traçado pelo relatório:

“Os danos ambientais e sociais causados pela mineração ilegal já são irreversíveis. Os rios Água Suja e Sararé estão completamente poluídos por óleo e lubrificantes e envenenados por mercúrio usado na extração do ouro. Mais de 200 hectares de floresta já foram destruídos. O leito natural do rio Água Suja tem sido a fronteira natural da área dos índios. Buracos enormes e fundos foram cavados à margem dos rios e se tornaram focos para a disseminação de doenças. A pesca e a caça, as duas principais fontes de subsistência dos nambiquara, se tornaram quase impossíveis, devido à contaminação dos rios e ao grande barulho dos motores da mineração, que afasta os animais selvagens”. Cerca de dez dragas de mineração entram por dia na área dos sararé. Boa parte desses novos garimpeiros, denuncia Steve Schawartzman, do Environmental Defense Fund, vêm das terras ianomâmi, em Roraima, onde foram proibidos de atuar.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Journal do Brasil

Class.:

81

Data:

21/04/92

Pg.:

06 (Cedele)